

VILAGRAN CABRITA

NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE (*)

General-de-Exército
AURÉLIO DE LYRA TAVARES

INTRODUÇÃO

Um convite desta benemérita Escola de Comando e Estado-Maior do Exército é uma honra e é uma ordem, para quem já teve o privilégio de fazer o seu curso e de pertencer ao seu quadro de instrutores.

E é por isso que estou aqui, para participar convosco de uma comemoração cívica da mais alta significação, como é a de retrocedermos cem anos no tempo, para recordar aquêle feito memorável do Combate da Ilha da Redenção, na Guerra do Paraguai, prestando uma justa homenagem a Vilagran Cabrita, o herói e o mártir da grande jornada em que o nosso 2º Corpo de Exército, sob o comando de Osório, abriu as portas do território inimigo às Forças da Tríplice Aliança.

Essa operação foi um ponto alto da atuação da nossa Engenharia, como Arma combatente. Ela marca uma fase nova na história da Arma que Cabrita tanto engrandeceu, a ponto de merecer, por todos os títulos, ser consagrado como seu Patrono.

Todos nós sabemos o que era, então, nossa Engenharia. Não é demais, porém, relebrá-lo em traços rápidos, quando me dirijo a futuros chefes do Exército, porque se trata de assunto que ainda exige a melhor compreensão, pela importância de que até hoje se reveste para os estudos da nossa organização militar.

Desde os tempos coloniais, por força dos encargos públicos que lhe eram, obrigatoriamente, atribuídos, tanto na construção dos núcleos de defesa e de vida, como nas obras eminentemente cívicas, de estradas, edifícios, igrejas, chafarizes, aquedutos, etc., o engenheiro do Exército era, sobretudo, o "doutor". O Império, a braços com idênticos problemas de construções cívicas, e porque só dispúnhamos da Engenharia do Exército, manteve, nos primeiros tempos, a tradição da Engenharia Militar da Colônia. Não formávamos o engenheiro-soldado nem as Unidades da Arma, no conceito moderno, mas o técnico de construções e fortificações destinado, também, aos trabalhos, no âmbito da Nação.

(*) Conferência na ECEME (12 Abr 66).

Durante a campanha contra Rojas e Oribe, em 1851/52, quando o Exército Brasileiro, pela primeira vez, marchou, estacionou e combateu no quadro de Grandes-Unidades constituídas, as Unidades das Armas se defrontaram com problemas difíceis de Engenharia, vendo-se na contingência de resolvê-los com os próprios meios, precariamente, com grande prejuízo para o curso das operações.

A experiência, então adquirida, foi logo aproveitada. E em 1º de abril de 1855, era criado, aqui na Praia Vermelha, o Batalhão de Engenheiros, a mais antiga Unidade de tropa da nossa Engenharia de Combate. Ele conjugava, na sua composição, os conhecimentos técnicos de grandes engenheiros, com as virtudes e aptidões militares de grandes soldados.

Isso se verifica pelo padrão alto dos oficiais selecionados para constituí-lo. Ao lado de artilheiros e oficiais de Estado-Maior, como Pôrto Carrero, Deodoro da Fonseca e depois Cabrita, Tibúrcio e Conrado Bitencourt, figuravam engenheiros de escol, como José Carlos de Carvalho e Cândido Januário dos Passos. Esse tipo de Unidade de combate, que caracteriza uma transição processada, também, nos outros Exércitos, seria uma decorrência da evolução da guerra.

O emprêgo militar da Engenharia nasceu com a guerra de sítio, que marcou, por muito tempo, a grande tônica das operações militares. O ponto de encontro entre as atividades do engenheiro e as do soldado estava, por assim dizer, na técnica da "castrametação". Eram os castros, ou castrelos, figura que passaria a servir de símbolo da Fortificação Permanente, a seara específica do caráter militar da Engenharia. A Fortificação era tida, aliás, como Arquitetura Militar.

A guerra de movimento, sobretudo nos seus aspectos táticos, imporia a adaptação do engenheiro-doutor ao engenheiro-soldado, reunindo a capacidade técnica às aptidões do combatente, dentro das Unidades destinadas a integrar as Grandes Unidades, com missões específicas de apoio às outras Armas.

Esse foi o grande sentido da criação do nosso Batalhão de Engenheiros, o que, só por si, já engrandece a figura de Vilagran Cabrita, o escolhido para o comando interino, ainda como Capitão, em 24 de julho de 1865, já em plena guerra.

Era êle, sem dúvida, um grande artilheiro. Nascido em Montevidéu, fôra reconhecido como cadete em 1840, pois era filho de militar. Alferes em 1842, serviu no 1º Batalhão de Artilharia a pé, e depois, em Pernambuco, diplomou-se como bacharel em Matemática e Ciências Físicas, em 1847.

Durante o Governo de Carlos Antônio Lopes, que sucedeu ao regime de Francia, o Paraguai se empenhou a fundo na modernização do seu Exército, contando, para isso, com a amizade que o Brasil nunca deixou

de dedicar ao grande povo irmão, a começar pelo apoio decidido que prestou à causa da sua Independência e a permanente colaboração que tem prestado ao seu desenvolvimento.

O governo de Carlos Antônio Lopes solicitou e obteve do Império a designação de uma Missão Militar de Instrução, tal como a que existe hoje em Assunção, para o aperfeiçoamento profissional dos oficiais paraguaios, com base na experiência que o nosso Exército tinha adquirido nas campanhas anteriores. Destacamos, então, para servir no Paraguai, instrutores pertencentes à nata da nossa oficialidade e consagrados pela alta categoria profissional. Entre eles teria que figurar, como figurou, o nosso grande Vilagran Cabrita, ao lado de Pôrto Carrero e outros.

QUADRO DOS ACONTECIMENTOS

Depois dos acontecimentos de Mato Grosso e do cêrco de Uruguiana, estávamos, enfim, na marcha para o inimigo, sendo a Província de Corrientes, nas barrancas do rio Paraná, a área de primeiro destino das Fôrças da Tríplice Aliança. (Figura n. 1). Viria, depois disso, o problema da transposição do rio. Não era êle, pela sua largura, que ia a 2 400 metros na região mais favorável, um obstáculo que comportasse o lançamento de meios de passagem contínua. Além disso, o transporte da tropa e do pesado material iria exigir, não apenas o apoio da Esquadra e a proteção da sua Artilharia, como a reunião prévia de grande número de embarcações adequadas, que o Exército não possuía. Era preciso, antes, construí-las, onde quer que fôsse possível. Os três grandes problemas eram, então:

1º. A escolha do objetivo a atingir na margem inimiga, como base de partida para as operações ulteriores. Ficara decidido que o Exército conquistaria a área do Passo da Pátria, como espécie de primeira cabeçade-ponte, apesar da estreita faixa de terra entre o rio, que ficaria pelas costas, e o dispositivo inimigo, que teríamos pela frente.

2º. A escolha da frente e do eixo principal da transposição, levando em conta a profundidade do rio, pois importava considerar o calado dos nossos navios, cujo apoio seria imprescindível, fôsse como base de fogo, fôsse como meio de transporte.

Ficou decidido o desembarque a jusante do Forte de Itapiru, nas proximidades das Três Bôcas, mediante a ocupação prévia, e de surpresa, da Ilha da Redenção.

Esta decisão, que foi adotada com base nos reconhecimentos e sondagens do rio, importaria em neutralizar as baterias de Itapiru e, depois do desembarque, num deslocamento para leste, por detrás do Forte, até o Passo da Pátria, por caminhos ainda desconhecidos, que teriam de ser abertos à fôrça.

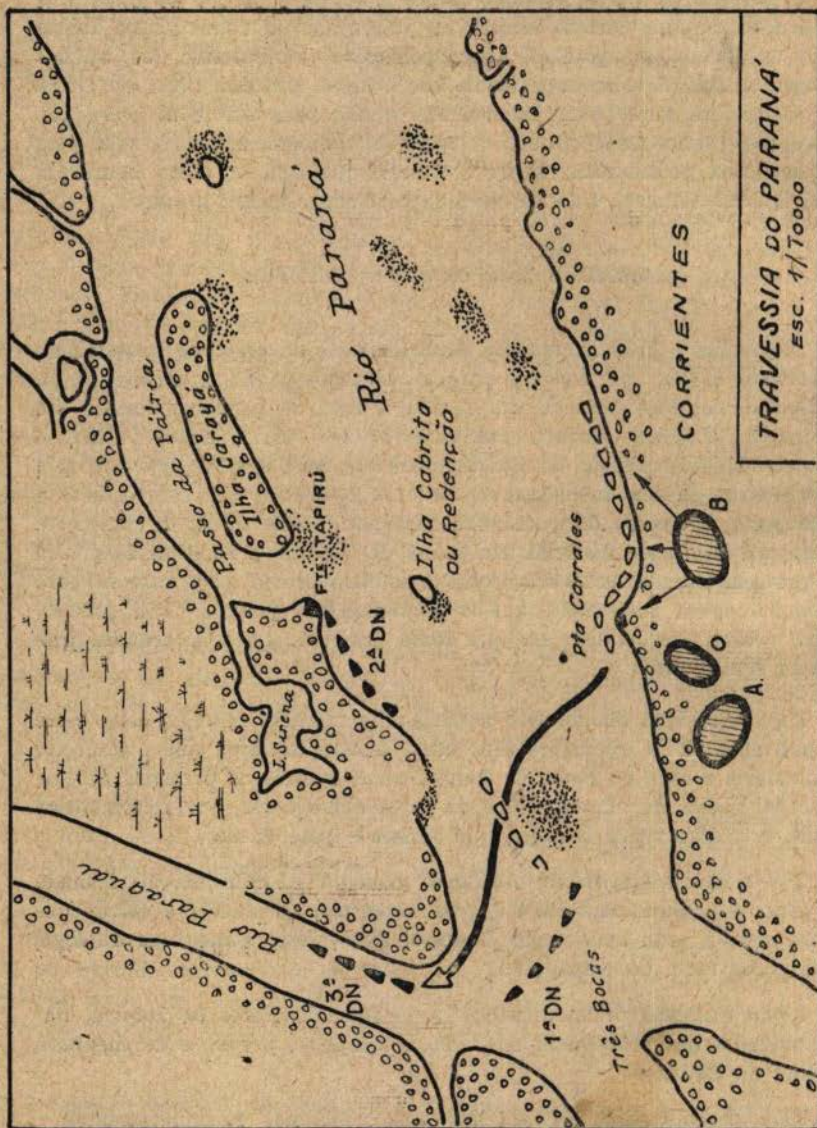


Figura n.º 1 — TRAVESSIA DO RIO PARANÁ
(Copiado do livro do Cel Danton Teixeira)

Como se sabe, não dispúnhamos de carta do território inimigo. As forças progrediam "às apalpadelas", como observou Caxias. Só depois, as Comissões de Engenheiros, a que êle chamou de "os olhos do Exército", procediam aos levantamentos.

3º. Em qualquer hipótese, era indispensável e de grande monta o trabalho prévio de construção de barcos de travessia, com os recursos disponíveis em Corrientes, no Salto e em Montevidéu.

O Ten-Cel Dr José Carlos de Carvalho, como Chefe da Comissão de Engenheiros, em cujos reconhecimentos e parecer técnico foi calcada a decisão, teve sob sua responsabilidade, não apenas os reconhecimentos do rio, como a direção do preparo do material, além do primeiro estudo da defesa da ilha. Tudo estava condicionado, pois, à terminação da fase preliminar da reunião dos meios.

OCUPAÇÃO DA ILHA

A Ilha da Redenção, situada à altura de tiro de fuzil, da guarnição do Itapiru, era território paraguaio.

Na noite de 29/30 de março, o Ten-Cel José Carlos de Carvalho, com os seus engenheiros auxiliares e o apoio de 80 praças, desembarcou na ilha, então coberta de macega, efetuando os reconhecimentos necessários à sua ocupação e organização defensiva.

Com base nas informações colhidas, Vilagran Cabrita, no comando dos 900 homens que deveriam ocupá-la e defendê-la, desembarcou na Ilha da Redenção na noite de 5/6 de abril, tratando logo da preparação de seu dispositivo entrincheirado, com a instalação de 4 canhões La-Hitte e 4 morteiros.

A execução desse trabalho ficou a cargo da Comissão de Engenheiros, cujos nomes vale a pena citar, porque todos êles se tornariam famosos na história da nossa Engenharia: o Ten-Cel José Carlos de Carvalho, Chefe, e os seus adjuntos André Rebouças, Jerônimo de Moraes Jardim, Alvaro de Oliveira, Tomé Salgado e Bernardino Sena Madureira.

Perto da ilha, prontos para proteger a operação, estavam os couraçados Bahia e Tamandaré, sendo que êste já havia feito um reconhecimento a montante do Itapiru. Ali estavam, também, as canhoneiras Henrique Martins e Greenhalg.

Ao amanhecer do dia 6, as forças brasileiras tinham ocupado e preparado a posição da ilha, na certeza de que o inimigo haveria de tentar a sua reconquista.

Ele estava em força, ali defronte, ao longo da barranca do rio, e a sua agressividade já fôra antes demonstrada, na ação de surpresa sôbre as forças argentinas, em Corrales, na nossa primeira margem.

A guarnição da ilha teria, pois, de preparar-se para o revide paraguaio. O heroísmo do soldado guarani, beirando, às vêzes, o fanatismo, nunca deixou de merecer o respeito e as devidas precauções, por parte do combatente brasileiro.

Nossa defesa primava, principalmente, pela organização do terreno, pois era fraca a densidade de ocupação: o 7º Btl de Voluntários da Pátria, de S. Paulo, comandado pelo Ten-Cel Pinto Paca; o 14º Btl Provisório de Linha; um contingente de 100 praças do Btl de Engenheiros; e um outro do 1º Btl de Artilharia, com 4 peças e 4 morteiros, sob o comando do grande Tibúrcio.

De um lado e do outro, pelas respectivas guarnições, poderiam ser vistas, a olho nu, a Bandeira do Brasil, desfraldada na Ilha da Redenção, e a bandeira paraguaia, no Forte de Itapiru. Elas se defrontavam, igualmente altivas, sob a guarda dos seus briosos defensores..

E o duelo intenso das duas artilharias não se fêz esperar. A guarnição brasileira não teve mais tréguas.

Numa grande operação, como a que ia ser desencadeada, não seria possível a surpresa tática, embora se mantivesse o sigilo sôbre o eixo e as linhas gerais da manobra planejada pelo Exército da Tríplice Aliança. Mitre reunia em frente ao inimigo, em fôrça, o grosso das Fôrças Aliadas, mas não dava prenúncios do local e do dia da invasão.

O COMBATE

Na madrugada de 9/10, muito escura e fria, os paraguaios, sob o comando de Diaz, desencadearam a operação esperada. Eram três grupamentos de fôrças, um dos quais Diaz conservou em reserva, em suas mãos, perto do Itapiru. A travessia se iniciou às 3 horas da madrugada, protegida pela escuridão e pela macega.

O silêncio só foi interrompido pelo barulho dos galhos que se quebravam no mato espêsso, à medida que os paraguaios iam penetrando, na ânsia frenética de abordarem as nossas trincheiras. Ao alerta dos sentinelas, êles se precipitaram na luta. Mas a reação foi pronta e generalizada. E as canhoneiras da Esquadra também não perderam tempo em acudir, com o seu apoio, martelando com o seu fogo as embarcações de abordagem.

Era, realmente, uma operação combinada, com absoluta conjugação de esforços da Marinha e do Exército, — merecedora, ainda hoje, das melhores atenções de nossos estudiosos dos problemas da cooperação das Fôrças. O próprio Lopes exaltou a estreita colaboração da Marinha com o Exército, atribuindo à unidade de comando brasileira a razão principal da sua derrota. (Fig. n. 2).



Figura n.º 2 -- COMBATE DA ILHA DA REDENÇÃO

NARRAÇÃO DO COMBATE, PELO COMANDO BRASILEIRO

(Parte de Combate de 10 Abr 1866)

“Tendo assumido o comando da guarnição da Ilha da Redenção, em frente ao Forte de Itapiru, por acabar de morrer de uma bala de canhão o Ten-Cel de Estado-Maior de Artilharia João Carlos de Vilagran Cabrita, que a comandava, cabe-me a honra de narrar a V. Ex.^a o brioso feito d’armas da mesma guarnição por ocasião do combate que teve lugar hoje pelas 4 horas da madrugada.

A essa hora, sendo pelos postos avançados do 7º Corpo de Voluntários da Pátria, que guarnece o flanco direito da referida ilha, pressentido o inimigo, que em duas chalanas e número superior a 30 canoas, com uma velocidade espantosa, se aproximava às barrancas, rompemos o fogo da fuzilaria sobre êle, e, não obstante a mais pertinaz opposição, efetuou-se em diferentes pontos o desembarque, carregando os contrários sobre as ditos postos, que, reconhecendo a impossibilidade de sustar o ímpeto dos agressores em tão subido número, retrocederam, disputando-lhes todavia o terreno, passo a passo.

Ao avizinhar-se o inimigo das trincheiras, foi recebido em tôda a linha de entrincheiramento, já disposta, por uma fuzilaria uníssona, e desde logo tão bem sustentada, que o conservou a respeitosa distância até o romper d’alva, tempo em que, sentindo eu que escasseavam as munições do mencionado 7º Corpo de Voluntários, tomei a resolução de fazer uma carga a baioneta, não obstante desconhecer a força atacante, confiado todavia no imponente dessa espécie de ataque e na bravura reconhecida dos nossos soldados.

Mandando fazer o sinal do 7º e em seguida o de carga, ao som do Hino Nacional, e de vivas a sua Majestade e à Nação Brasileira, vi com sumo orgulho os pelotões não só dêsse corpo, como dos outros, precipitarem-se por sobre as trincheiras por todos os pontos, como que movidos por um só impulso, e caírem sobre o inimigo, à baioneta cruzada, levando-o de tropel até a margem do rio, deixando após de si um lastro de cadáveres. Os poucos que chegavam à mesma margem, procurando escapar-se a nado ou dentro das canoas, encontraram a morte a ferro e fogo, ou foram feitos prisioneiros por navios da nossa Esquadra, de maneira que, de tôda essa expedição, computada em número superior a 1 200 homens, um só não foi visto voltar à margem oposta. Ficaram no campo de batalha 642 mortos, além dos que morrendo n’água e dentro das canoas, foram levados pela correnteza do rio.

Quatorze canoas, para cima de 700 espingardas, com avultada munição nas patronas, grande número de espadas, se têm recolhido, e continua-se no recolhimento, por entre o grande macegal da ilha.

.....
Cumpro, também, um dever mencionando a V. Ex.^a o bizarro procedimento dos vapôres Henrique Martins e Greenhalg, que pouco depois

de começar o ataque, contornando a ilha, bem na proximidade da terra, a fuzil e a canhão pela frente, flancos e retaguarda, molestaram horrivelmente os atacantes. A êsses vapôres se deve indubitavelmente a inação de uma grossa coluna do inimigo, que do lado oposto aguardava o regresso das canoas para ser transportada à mesma ilha.

Terminando esta minha circunstanciada participação, felicito a V. Ex.^a por êste sinal do triunfo das Armas Brasileiras no território inimigo, como um presságio dos grandes triunfos que estão reservados às nossas Armas.

Deus guarde a V. Ex.^a

Francisco Joaquim Pinto Paca
Tenente-Coronel."

NARRAÇÃO DA REVISTA OFICIAL DO CENTENÁRIO DO PARAGUAI

"Itapiru se mostrou inútil contra a Esquadra encouraçada do Império. Seus canhões lisos, de avancarga, foram impotentes em presença da magnífica artilharia brasileira e espessa blindagem que protegia os seus navios. E nisto está o segredo do êxito dos Aliados, que de outro modo jamais invadiriam nosso território, nem muito menos se atreveriam a subir o rio Paraguai.

Ao combate dos lanchões se seguiu um interminável bombardeio contra Itapiru, que respondeu com igual vigor. O Ten-Cel Vilagran Cabrita, antigo instrutor do nosso Exército, foi o encarregado de efetuar a operação. Na noite de 6 de abril, a Ilha de Itapiru foi ocupada por efetivos numerosos, que imediatamente se entrincheiraram, instalando 8 peças de Artilharia.

Para responder à Artilharia do Banco, desde então denominado de Purutué, foram instaladas duas peças de 68. Um lanchão com outra peça de 68 também participou desse duelo de Artilharia. A Esquadra Brasileira protegia a guarnição de Cabrita.

Lopes decidiu desalojar os brasileiros, com 1 200 homens escolhidos, ao comando do Ten-Cel Diaz. Eram 180 de Cavalaria, num conjunto de 3 grupamentos em 29 canoas, lançando-se contra a ilha; o 3º Grupamento ficou em Itapiru. A Cavalaria atuou a pé. Não foi possível a surpresa da operação. Os brasileiros a pressentiram. Mas a sua Artilharia não deteve os atacantes, que chegaram até as trincheiras.

Travou-se a luta corpo a corpo, na qual é de justiça reconhecer que os inimigos se bateram denodadamente, como os paraguaios. Nessa tenaz porfia, viêram as primeiras luzes do crepúsculo.

Vendo que amanhecia e que nossos esforços não tinham êxito, Diaz empregou sua reserva. Mas foi tudo inútil. Os brasileiros, em posições bem protegidas, com boa Artilharia e com o concurso da Esquadra, que entrou em movimento ao vê-los em perigo, vitoriosamente, forçaram os atacantes a se retirar com perdas consideráveis.

Enquanto os paraguaios, esgotados, chegavam à terra, lá ao longe, na ilha e na Esquadra, ressoava o Hino brasileiro, em meio a prolongados gritos de alegria, com que os vencedores festejavam a vitória.

Mas essa alegria pouco durou. Um acontecimento inesperado cobriu de luto a vitória, no momento em que o herói da jornada se entregava à tarefa de registrar a história daquela grande façanha.

Com efeito, redigia Cabrita, a bordo da sua chata, a parte de combate, quando uma granada da Artilharia comandada por Bruguez arreventou perto dêle, matando-o incontinenti.

E'e tombara vítima do seu mais destacado discípulo, que tão cruelmente demonstrava ter aprendido as lições do mestre. Depois dessa operação, o duelo de Artilharia se prolongou até 17 de abril, dia em que o Exército Aliado invadiu o território paraguaio."

SIGNIFICAÇÃO DO 10 DE ABRIL

O combate da Ilha da Redenção, ou Purutué (Banco Português), como passaram a chamá-la os paraguaios, quando examinado no conjunto dos cinco anos da guerra, constitui episódio da mais alta relevância, porque, a partir daí, estão marcados e definidos os rumos novos da evolução dos acontecimentos. E é preciso considerar que, tanto na conquista e na defesa da ilha, como no arranco decisivo para tomar pé e consolidar-se no território inimigo, cruzando um fôssô de 3 km, somente participou o Comando Brasileiro, pois uma forte tempestade rôtivera na primeira margem, no dia 16 de abril, os transportes que deveriam conduzir as fôrças argentinas e orientais.

A glória maior de Cabrita, na defesa da Ilha da Redenção, está em haver sustentado, depois da conquista da ilha, o ataque de fixação que permitiria a Osório abrir, do outro lado do rio, com os seus lanceiros gaúchos, o caminho do Passo da Pátria. E isso modificou o cenário da guerra. (Figuras ns. 3 e 4).

Já em 24 de maio, depois do combate do dia 2, no Estero Bellaco, travar-se-ia a grande primeira Batalha do Tuiuti, com a vitória das Fôrças Aliadas.

Outra conseqüência, também relevante, do feito de Cabrita, no quadro da transposição do Paraná, foi a de criar, no espírito ainda vacilante, de Mitre, a confiança e a determinação imprescindíveis à condução das operações, no seu prosseguimento. Com isso se firmava a

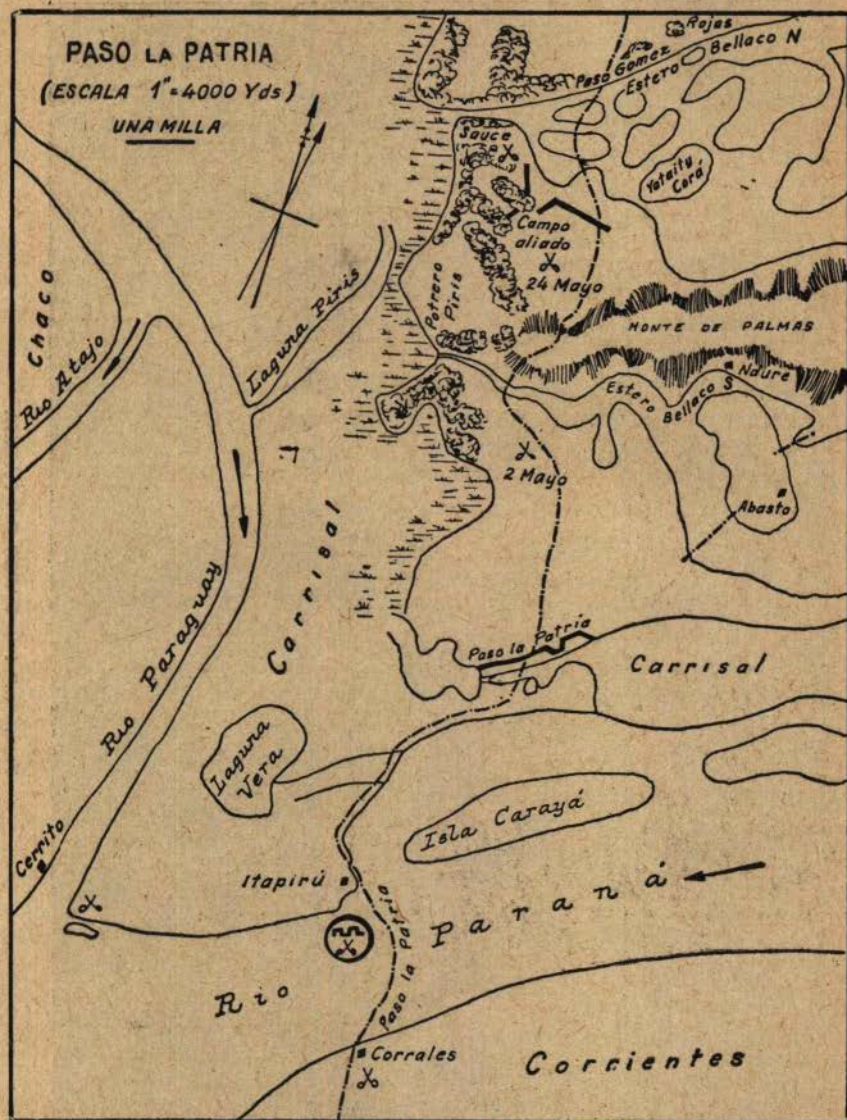


Figura n.º 3 — PASSO DA PATRIA
(Copiado de Thompson, do livro de Schneider)

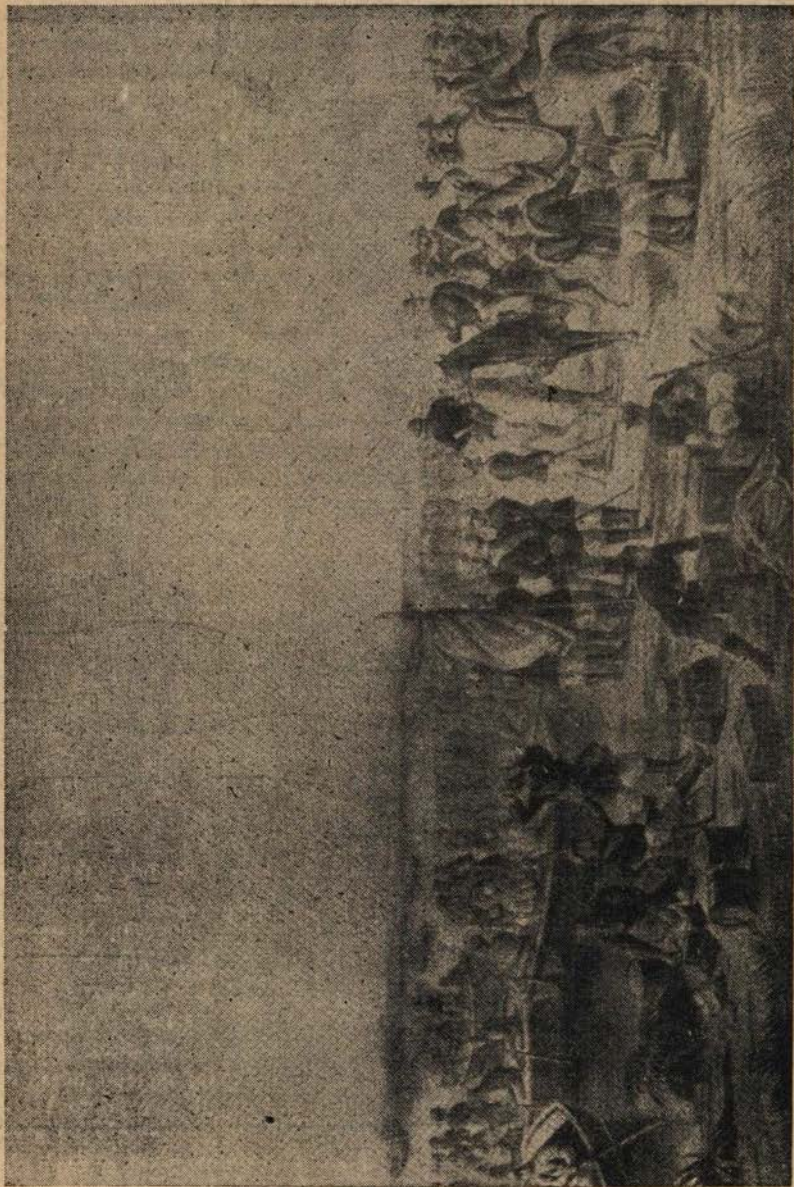


Figura n.º 4 — PASSO DA PÁTRIA

unidade de comando para a convergência de esforços que se impunha, superando-se as controvérsias em que se chocavam as opiniões de Mitre, Flores e Polidoro, com o ponto de vista diferente que manifestavam Tamandaré e Pôrto Alegre.

Tamandaré mostrou, aliás, a sua alta compreensão do problema da combinação das Fôrças, ao declarar que, embora possuísse meios para destruir as fortificações inimigas desde o Passo da Pátria até Assunção, julgava que "tal emprêsa não teria mais que um brilho improficuo" se não fôsse estabelecido um plano de conjunto com o Exército.

A conquista do Passo da Pátria, com o emprêgo combinado das Fôrças Navais e Terrestres, foi, já naquele tempo, uma comprovação do sábio principio defendido por Tamandaré. Os principios da guerra se sobrepõem aos tempos, ao aperfeiçoamento das técnicas e ao progresso do material.

A transposição à viva fôrça do rio Paraná, em abril de 1866, não discrepa dos conceitos fundamentais que ainda hoje adotamos, um século depois, ao encararmos, com novos recursos materiais, novas técnicas e novas armas — inclusive a intervenção das fôrças aéreas — uma operação semelhante.

O que observa, principalmente, o estudioso da guerra, ao examinar, sob as condições de hoje, aquela grande operação combinada, é o quanto progredimos na velocidade e na potência dos meios, paralelamente com o aperfeiçoamento do padrão técnico do combatente, dentro da permanência do principio de que "não se luta com homens contra material", embora ainda seja o homem, nas suas virtudes, nas suas aptidões e na sua capacidade de liderança, o fator decisivo da vitória.

Sobressaem, ainda, nas características daquela guerra, no âmbito dos Grandes Comandos, os problemas da unidade e do exercício do comando. Os da unidade, quando não os guia a identidade da doutrina, e os do exercício, quando a dispersão dos meios e a morosidade das informações e da transmissão das ordens não são compensadas por um sistema eficiente de comunicações. É o que se vê na Campanha do Paraguai.

Além disso, não havia cartas. Progredia-se no desconhecido. E daí a grande importância que assumiu o trabalho da nossa Comissão de Engenheiros, considerada, então, como "os olhos do Comando".

Mas o grande papel permanente que, em tôdas as situações, consagrava a intervenção da nossa Engenharia na Campanha do Paraguai, era o de criar e o de vencer obstáculos, dentro das missões das Grandes Unidades constituídas, em proveito das outras Armas, como nova Arma combatente que se afirmaria cada vez mais, durante o curso da Guerra, na marcha para o inimigo, na abordagem das suas posições e no próprio combate, onde o engenheiro se transformava no combatente, sobressaindo pela bravura, pela resistência, pelo entusiasmo e pela fibra de soldado.

Foi assim que atuou a nossa Engenharia na Guerra da Tríplice Aliança, há um século. *E foi aí que, verdadeiramente, ela nasceu, como Arma combatente*, daquele misto de doutôres e soldados, que lhe criou o espírito e o renome, sob o emblema do famoso Batalhão de Engenheiros. O castelo, antes símbolo da guerra de sítio, passava a estar presente, no apoio às outras Armas irmãs, em tôdas as vicissitudes da campanha. No episódio da Ilha da Redenção, a Engenharia surge e se consagra como Arma.

Alterava-se o conceito, que também existia no Brasil, a respeito dos "doutôres e científicos do Exército", como chamavam os "troupiers" de Napoleão aos engenheiros diplomados pela Escola Politécnica de Paris, dando-lhes o apelido de "Monsieur Problème"

A Engenharia Brasileira recebeu, no dia 10 de abril de 1866, o batismo de sangue, como Arma combatente. Era o coroamento do seu infatigável e bravo trabalho ao longo do itinerário do Exército Aliado, desde que êle se concentrou novamente em Concórdia, depois das grandes vitórias estratégicas de Jataí e Uruguaiana e do sucesso naval de Riachuelo, até as barrancas do Paraná, em Corrientes.

Coube a Vilagran Cabrita o privilégio de conduzir o Batalhão de Engenheiros através de obstáculos e de peripécias que haveriam de pôr à prova a fibra heróica de uma verdadeira unidade de elite, criando-lhe o renome e o prestígio que os acontecimentos posteriores vieram consolidar.

No centro de tudo isso, sobressai, em seu perfil austero, sereno e imperturbável, a figura do Coronel Cabrita, sob cujo comando seguro e vigilante a guarnição da ilha haveria de cumprir a sua missão, como cumpriu, apesar da grande bravura dos atacantes paraguaios.

Ela não perdeu tempo em organizar-se defensivamente, sob a direção de Cabrita. E o dispositivo adotado se mostrou invulnerável. A ilha se transformou num verdadeiro baluarte, resistindo, desde as 4 horas da manhã de 10 de abril, quando se deu o ataque paraguaio, até a retirada do adversário.

Itapiru não cessou de atirar, mas tôda a área da Redenção continuava nas mãos dos brasileiros, depois daquele intenso entrechoque em que êles enfrentaram a fuzilaria dos atacantes, o assalto a arma branca e a luta do corpo a corpo, num entrevêro decisivo, que fêz honra à bravura dos dois contendores.

No fim de tudô, a guarnição da ilha havia triunfado. O inimigo se retraira, com perdas muito pesadas.

E era isso o que Cabrita estava participando, por escrito, ao General Osório, quando foi atingido e morto por um tiro do Forte de Itapiru. Quis o destino que êle morresse no momento em que os lauréis da glória já o haviam imortalizado, para o julgamento da posteridade. Foi

há cem anos que isso aconteceu. E essa posteridade somos nós, no Exército de hoje, como serão os nossos sucessores, no Exército de amanhã.

CONCLUSÃO

Daí a grande significação de que se reveste a iniciativa desta Escola, ao inserir, no seu próprio programa de estudos, a homenagem que ora prestamos a Vilagran Cabrita, o Patrono da Arma de Engenharia, ao ensejo do Centenário do seu falecimento, no combate da Ilha da Redenção.

Nenhum auditório, dentro do Exército, oferece ambiente mais propício para realizar e engrandecer esta homenagem. Aqui se preparam os nossos Chefes. A ECEME é a fonte que retémpera o espírito do nosso Alto Comando, renovando-lhe os valores, através dos tempos, na sua permanente missão de recolher, absorver e atualizar conhecimentos, dentro de cada época, sem comprometer a predominância das características e das condições nacionais, e no seu relevante papel de plasmar adequadamente a mentalidade do nosso Quadro de Estado-Maior.

Tudo isso há de ser feito, e aqui se faz, com a presença e sob a inspiração da nossa própria História, não apenas pelas lições que ela nos transmite, como pela consciência, que ela nos dá, da grande missão do Exército, no quadro da Nação.

O Exército não pode isolar-se no tempo, encerrando-se cada geração militar dentro de sua época, sob o impacto dos fenômenos e das contingências do presente. Como Instituição Nacional permanente, com a sagrada missão da defesa da Pátria, êle tem um itinerário a cumprir, com as vistas voltadas, tanto para as lutas e a experiência do passado, como para as perspectivas e os problemas que se desenham no panorama do futuro.

Sua grande obra é de continuação, trazendo do passado o que é perene e guardando a autenticidade do espírito e da realidade da Nação, através da dinâmica do progresso e da renovação dos tempos, de forma a atualizar-se, como Organização, para cada conjuntura, sem destruir-se, como Instituição, nos seus traços eternos e nos seus destinos, que se confundem com os da própria Pátria.

A História é, por isso mesmo, elemento fundamental da formação do futuro Chefe. E é, sobretudo, a grande fonte inspiradora do civismo e da consciência do dever, com base no compromisso moral de que se reveste o exercício da função militar. São forças espirituais que se aliam ao valor profissional na conformação da figura do líder, que se destina a conduzir homens, inclusive nos momentos incertos e diante do perigo.

É assim que compreendo o sentido desta homenagem que prestamos a Vilagran Cabrita, ao recordar episódios vividos há cem anos pelo nosso Exército, que, hoje, somos nós,

A grande vitória que êle alcançou para as nossas Armas e a sua morte gloriosa, no próprio Pôsto de Comando, consagraram a sua figura de Soldado, dando-lhe a expressão de símbolo e de *Patrono da Arma de Engenharia, que nasceu com êle, no campo de batalha*. E é como símbolo que o olhamos agora, alteado no cenário da nossa História, engrandecido pelo tempo e reverenciado pelo Exército, aqui nesta Escola de Chefes, neste Centro de Civismo, neste verdadeiro baluarte do Espírito das Armas Brasileiras.



Marechal

ALTAIR FRANCO FERREIRA

Foi transferido para a Reserva, como Marechal, o Exmo. Sr. General Altair Franco Ferreira, nosso ilustre Diretor-Presidente. S. Exa. afastou-se, voluntariamente, das atividades do Exército, ao qual serviu com proficiência, dedicação e espírito militar, por largo período — iniciado no Colégio Militar do Rio de Janeiro e agora encerrado na Diretoria Geral de Remonta e Veterinária, para onde havia levado o seu entusiasmo de cavalarião.

A DEFESA NACIONAL deseja a S. Exa. que seja muito feliz, na tranqüilidade da sua existência privada, à qual se recolhe com a consciência dos deveres bem cumpridos. Pede vênia, no entanto, para continuar a solicitar intensamente da sua capacidade e experiência, em benefício da Revista.